



EDITORIAL

Nos últimos tempos, medidos apenas em meses e semanas, aconteceram fatos extraordinários. A chegada à presidência do Brasil de Luiz Inácio "Lula" da Silva, um retirante da seca nordestina e torneiro mecânico do ABC paulista, que tentou em três oportunidades o mesmo feito sem consegui-lo, renovou as expectativas de mudança das práticas e dos rumos das políticas públicas no país. Como ele mesmo (o presidente Lula) declarou: "a esperança venceu o medo".

Hoje, entretanto, após seis meses de governo, essa esperança cedeu lugar a uma sensação ambígua, tal como acontece com os embates em torno da proposta de Reforma da Previdência. Por um lado, ficaram desapontados os que achavam (e ainda acham) que a mudança devia ser no sentido de manter e ampliar os privilégios da casta dos empregados ou servidores do Estado. Por outro lado, os percalços e recuos da proposta deixam inconformados os que, como nós, achávamos (e continuamos achando) que ela é a principal premissa para qualquer projeto de mudança neste país. Mudança entendida, é claro, no sentido de uma democratização efetiva do acesso aos bens públicos e às condições de bem-estar da maioria da população.

Talvez a transversalidade adquirida pelas "forças reativas" dos desapontados e pelas "forças ativas" dos inconformados com o poder das corporações e dos privilégios, seja a manifestação mais eloqüente do período de transição pelo qual passamos. Dentro e fora do partido, dentro e fora dos sindicatos, dentro e fora do Estado, dentro e fora da universidade, um profundo estranhamento nos revela a miséria e a perversidade do poder. Em seis meses de governo, o presidente Lula redescobre o Brasil e, junto com ele, todos nós.

O corte temático deste número da LUGAR COMUM visa, entretanto, não apenas a transição, mas também a guerra. Na verdade, pouco sabemos sobre o estatuto da guerra. Porém, a partir do Império sabemos que o novo horizonte da guerra, que inclui os atos cruéis e arbitrários dos terroristas que explodem o WTC ou invadem o Iraque, delinea-se sobre a afirmação de uma soberania global sem fronteiras, na base de um sistema de administração do terror que “paradoxalmente” não exclui ninguém.

Por último, também publicamos neste número o documento base do manifesto da Rede Universidade Nômade, que vem afirmar seus objetivos na necessidade de universalizar o acesso à educação e, principalmente, a este âmbito estratégico da produção do saber e do conhecimento que é a universidade: “Torná-la pública!”, eis a palavra de ordem daqueles que integram ou se reconhecem no coletivo da Universidade Nômade.

A equipe editorial